



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

DISCURSOS E PROTESTOS SINDICAIS E SOCIAIS EM CONTEXTO DE AUSTERIDADE: UMA OPORTUNIDADE PERDIDA PARA A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS IDENTITÁRIOS COMUNS?

Costa, Hermes Augusto

Professor Auxiliar com Agregação, Faculdade de Economia/UC, Centro de Estudos Sociais,
hermes@fe.uc.pt

Resumo

Os últimos anos de austeridade constituíram uma oportunidade para que, em território nacional, as “velhas” organizações sindicais (com destaque para a CGTP e UGT) e os “novos” atores sociolaborais (como o FERVE, a rede *MayDay*, a Associação de Combate à Precariedade ou o Movimento dos Sem Emprego) organizassem respostas sociais conjuntas. Na verdade, foram múltiplas as razões para contestar (seja sob a forma de greves, seja sob a forma de protestos sociais mais amplos) a perda de direitos laborais e sociais: flexibilização do mercado de trabalho; enfraquecimento do papel dos sindicatos e da negociação coletiva; reforço de assimetrias no mercado de trabalho; forte diminuição do poder de compra das famílias; maior empobrecimento do setor produtivo; agravamento da incompatibilidade do trabalho com a vida pessoal e familiar. Em geral, o trabalho e a precariedade estiveram quase sempre presentes tanto na agenda das organizações sindicais, como na de outras organizações e movimentos sociolaborais.

Porém, apesar da pressão para a “soma esforços” – no sentido de criar um “território identitário” de discursos e protestos comum – a construção de alianças sociais foi secundarizada. Neste texto alinham-se os discursos e práticas sindicais e sociais sobre a austeridade, de modo a evidenciar as dificuldades em contruir um território identitário comum.

Abstract

The last years of austerity provided an opportunity (at the national level) for the building of organised joint social responses between the "old" trade unions (particularly the CGTP and UGT) and the "new" socio-occupational actors (such as FERVE, the MayDay network, the Association of Fighting the precariousness or the movement of the unemployed). In fact, there were multiple reasons to challenge (either in the form of strikes, whether in the form of broader social protests) the loss of labor and social rights: flexible labor market; weakening of the role of trade unions and collective bargaining; reinforcing inequalities in the labor market; sharp fall in household purchasing power; further impoverishment of the productive sector; worsening of labor incompatible with personal and family life. In general, work and precariousness were almost always present both on the agenda of trade unions, as in the other socio-occupational organizations and movements.

However, despite the pressure to "sum efforts" - to create a common ground, a "territorial identity" of speeches and protests - building social alliances was sidelined. This text line up speeches and labor and social practices vis-à-vis austerity, in order to highlight the difficulties in build a common identity territory.

Palavras-chave: Sindicalismo; atores sociolaborais; austeridade; discursos e práticas

Keywords: trade unionism; socio-occupational actors; austerity; speeches and practices

[COM0423]

1. Introdução¹

Em anos recentes, vários estudos deram conta das medidas de austeridade resultantes quer do *Memorando de Entendimento* com a *troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), quer da atuação governativa (Costa, 2012b; Santos, 2012; Ferreira, 2012; Stoleroff, 2013b; Leite *et al.*, 2014). Sistematizo, por isso, apenas algumas das principais transformações que tais medidas produziram na legislação laboral em Portugal com a Lei 23/2012, não obstante o Governo liderado por António Costa desde novembro de 2015 ter revogado algumas delas: a empresa escolhe quem despede na extinção de posto de trabalho; despedimento por inadaptação mais abrangente; cortes nas retribuições decorrentes da realização de horas extraordinárias; banco de horas por negociação individual; redução de indemnizações em caso de despedimento; redução de dias de férias e feriados; diminuição do controlo por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), uma vez que as empresas deixam de ser obrigadas a enviar à ACT o mapa do horário de trabalho ou o acordo de isenção de horário; etc.

Com efeito, a austeridade tornou-se na palavra-chave que condicionou negativamente a agenda das relações laborais, constatação que se traduziu: na perda de autonomia dos parceiros sociais, sobretudo dos sindicatos, que viram a sua posição ainda mais subalternizada; numa maior tensão nas relações entre os próprios atores das relações laborais (inclusive dentro do campo sindical); num reforço das assimetrias no mercado de trabalho, designadamente entre classes de rendimentos elevados e classes de rendimentos baixos, ou na relação entre setor público e setor privado; numa forte diminuição do poder de compra das famílias; num maior empobrecimento do setor produtivo; num agravamento da incompatibilidade do trabalho com a vida pessoal e familiar; num aumento das modalidades de trabalho atípico, etc. (Fernandes, 2012; 2015; Rebelo, 2012; Gomes, 2012; Ferreira, 2012; Costa, 2012b; 2015). Segundo Leite *et al.* (2014), assistiu-se, inclusive, um processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital traduzido: numa redução para metade da retribuição por trabalho suplementar e por trabalho em feriado, o que implicou um corte médio da retribuição total do trabalhador entre 2,3% e 2,9% em 2013; numa redução do pagamento por trabalho em dia feriado correspondente a um corte de 75% dessa parcela do rendimento do trabalhador; num aumento do período de produção em uma hora (agora não paga), enquanto o próprio preço da hora suplementar se reduziu para metade; no facto de, ao fim de um ano, o trabalhador ter dado à empresa entre 7,9 a 12,8 dias úteis de trabalho, sem qualquer retribuição adicional; numa concessão de vantagens às empresas, traduzidas num acréscimo do excedente bruto de exploração das empresas entre os 2,1 e os 2,5 mil milhões de euros.

Como se desenharam, então, os discursos e as práticas sindicais e sociais face à austeridade? Foram elas passíveis de concorrer para a construção de “territórios identitários” comuns? As duas seções seguintes procuram dialogar com estas questões.

2. A retórica discursiva de organizações sindicais e outros atores sociolaborais

Desde maio de 2011 – momento da assinatura do *Memorando de Entendimento* entre o então ainda Governo de José Socrates e a *troika* (FMI, BCE, CE) – a posição das principais confederações sindicais portuguesas – a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e a União Geral de Trabalhadores (UGT) – foi quase sempre de denúncia face à persistência das políticas de austeridade. Porém, isso não bastou para as duas centrais sindicais falarem a uma só voz (não obstante algumas ações de luta conjuntas reportadas adiante), o que significa que continuaram fiéis aos seus modelos de sindicalismo e aos seus alinhamentos político-partidários. Ou seja, a história do sindicalismo português contemporâneo (designadamente o momento fundador das duas organizações) cavou, até hoje, uma fronteira nítida entre as duas centrais sindicais. Tal “modelo dual” de sindicalismo tem, assim, condicionado tanto as opções nacionais como internacionais daquelas confederações (Costa, 2006; 2011). Adotando a tipologia de Richard Hyman (2001), pode dizer-se que a CGTP (criada em 1970, ainda em plena ditadura), é representante de um sindicalismo de *classe*, que apoia a mobilização anti-capitalista e a luta de classes (CGTP, 2012; 2016), ao passo que a UGT (criada em 1978, precisamente para responder à influência crescente do Partido Comunista Português no

movimento sindical, através da CGTP) é representante de um sindicalismo de *sociedade*, ao considerar que os sindicatos são agentes de integração social e promotores do diálogo social (UGT, 2013).

Perante a austeridade, os discursos de CGTP e UGT, sem serem antagónicos, não deixaram, no entanto, de refletir um posicionamento crítico distinto. Por um lado, a CGTP mostrava-se claramente contra os termos e as metas do *Memorando*, apontando para a necessidade de uma renegociação imediata da dívida, dos juros e dos prazos, a fim de evitar mais recessão e aumento do risco de desemprego e pobreza. A UGT, por outro lado, posicionou-se de forma mais cautelosa perante as exigências do *Memorando*, ao salientar a importância em respeitar os compromissos assumidos com a União Europeia e o FMI, a fim serem criadas condições de renegociação e a prorrogação do prazo e dos juros (Campos Lima, 2011).

A CGTP radicalizou o seu discurso não só contra a *troika*, como contra o Governo português que, um mês após a assinatura do *Memorando* (junho de 2011), passou a ser liderado por uma coligação partidária de direita. Assim, a CGTP envolveu-se na mobilização política e social, exigindo políticas de esquerda alternativas, capazes de romper com a *troika* e a austeridade (Stoleroff, 2013b: 321). Daí que, pouco tempo antes do fim do programa de assistência financeira (em 17.05.2014), a CGTP tenha sido bem clara na sua oposição à “política de terrorismo social do Governo” e ao legado da presença da *troika* em Portugal: “Não há “saídas limpas” com uma dívida incomportável, juros insuportáveis e um Tratado Orçamental que, ao prosseguir os mesmos objetivos contidos no “memorando das troikas”, amarra Portugal à continuação da política que corta no investimento, destrói a produção nacional e agrava a exploração, o empobrecimento e as desigualdades” (CGTP, 2014, p. 1).

A UGT, por seu lado, ficou comprometida politicamente desde o início da assinatura do *Memorando*: “a elaboração do *Memorando de Entendimento* resultou de um processo negocial entre a *troika* e o Governo, com o acompanhamento de alguns partidos políticos. A UGT entende que este foi um processo negocial efetivo” (UGT, 2011: 1). No entanto, esta confederação sindical (composta sobretudo por sindicalistas próximos da área do Partido Socialista e do Partido Social Democrata) sempre reconheceu a importância de reduzir o défice orçamental e diminuir a dívida pública. No entanto, desde cedo a UGT advertiu para o facto de o *Memorando* conter medidas que não só visavam aqueles objetivos (de redução do défice e da dívida) mas ao mesmo tempo envolviam um conjunto de políticas que poderiam ter um efeito profundamente negativo sobre as pessoas. Uma certa reorientação no discurso da UGT ocorreria em abril de 2013, quando um novo líder substituiu o anterior secretário-geral há 18 anos no cargo. Nesse momento, a predisposição da UGT para ações conjuntas com a CGTP impôs-se com um facto político novo, tendo mesmo Carlos Silva, então recém-eleito líder da UGT, afirmado que a convergência de políticas entre a UGT e a CGTP no combate à austeridade era de 90%. De igual modo, o novo líder da UGT ameaçou por mais de uma vez romper o acordo de concertação social – intitulado *Compromisso para o crescimento e emprego* – que, em janeiro de 2012, a própria UGT assinara em conjunto com as organizações patronais e o Governo de Passos Coelho.

Mas mesmo com a mudança de liderança na UGT, não se formou uma unidade discursiva com a CGTP capaz de potenciar ações conjuntas persistentes. Consequentemente, não constituía surpresa o défice de convergência com organizações e movimentos sociolaborais cuja existência a crise tornou mais premente. Em resumo, os discursos sindicais foram (e são) quase sempre veiculados em nome da defesa de direitos adquiridos, não obstante a preocupação das lideranças sindicais para com os trabalhadores precários e os desempregados – sobretudo jovens que deambulam entre a flexibilidade e a precariedade (Kovács e Lopes, 2012) – que, na maior parte das situações, nunca adquiriram sequer os direitos da geração dos seus pais. No entanto, o foco no mercado formal de trabalho tem acompanhado historicamente o “mandato” dos sindicatos. Daí que falar em “sindicalismo de precários” não faça parte da retórica discursiva dos dirigentes sindicais.

Mas as vozes de atores sociolaborais adquiriram um papel de destaque no contexto de crise e austeridade, sobretudo ao enfatizarem a precariedade como realidade dominante dos mercados de trabalho contemporâneos, em nome de um “regresso ao materialismo” (Estanque, Costa e Soeiro, 2013) particularmente relacionado com o trabalho e o emprego. Tais atores, movimentos, grupos de trabalho

surgiram desde 2007: o grupo *Fartos d'Estes recibos verdes* (FERVE), a *rede MayDay*, o movimento de *Precários Inflexíveis* (posteriormente convertido em *Associação de Combate à Precariedade*) e o *Movimento dos sem Emprego*.

O FERVE foi criado em março de 2007 com o objetivo de denunciar situações de trabalho que evidenciassem a utilização indevida de “recibos verdes” – de que são exemplo recorrente os trabalhadores em *call centers*, mas igualmente trabalhadores autônomos em profissões liberais – e de promover um debate alargado acerca do trabalho precário de forma a retirá-lo da invisibilidade. Este grupo de trabalho (como sempre se definiu) lançou as bases discursivas e empíricas para a construção da identidade do “trabalhador precário”. Em 29.09.2012, o FERVE anunciava no seu blog² que a partir dessa data a sua principal atividade – a luta contra a precariedade – passaria a realizar-se no âmbito da Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis, criada em julho de 2012.

A rede MayDay – criada nos anos 90, no âmbito das *marches européennes contre le chômage, la précarité et les exclusions* – surgiu em Portugal em maio de 2007, tendo consagrado o Primeiro de Maio como dia de luta contra a precariedade. Esta rede transeuropeia (composta de grupos feministas, anti-capitalistas e de luta contra a precariedade laboral) encontra-se “profundamente enraizada na ação dos movimentos anti-globalização, e baseia-se na ideia de que a luta anti-capitalista deve ultrapassar o âmbito restrito do sindicalismo e da luta pelos direitos dos trabalhadores, abrangendo outras questões que se prendem com a “mercantilização da vida” (Estanque, 2012, p. 11). Mobiliza os seus discursos e ações de modo a chamar a atenção para todo o tipo de situações de precariedade, tais como a imigração ilegal, o trabalho clandestino, o tráfico internacional de mão-de-obra, etc.

O movimento de trabalhadores Precários Inflexíveis (PI) surgiu em Portugal depois da 1ª edição do MayDay neste país, em 2007. As suas preocupações eram semelhantes às do FERVE, mas procurando abarcar as múltiplas dimensões da precariedade, “no emprego e na vida”. Para os PI o “reinventar da luta” pressupõe que as formas tradicionais (sobretudo as estratégias sindicais) se adequem ao contexto atual. As palavras de ordem são apelativas e reveladoras da sua determinação para combaterem a situação – “precários sim, mas inflexíveis” (Estanque, 2012, p. 12). Em julho de 2012, e após cinco anos como movimento informal de cidadãos, os PI passaram a designar-se Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis (ACP-PI), procurando uma intervenção “mais ambiciosa”, com capacidade para agir a nível nacional e tendo sempre presente a austeridade: “Respondemos ao regime de austeridade permanente que despreza os direitos essenciais, a democracia no local de trabalho e a justiça social. Mais de 1,2 milhões de pessoas desempregadas e cerca de dois milhões de pessoas com vínculos precários em todo o país: um cenário que exige toda a determinação e torna ainda mais urgente este combate”³.

Por fim, o Movimento dos Sem Emprego (MSE) foi criado em março de 2012, apoiando-se em trabalhadores que alternam a sua condição entre o desemprego, o sub-emprego ou a precariedade. Através do manifesto *Unidos pelo Direito ao Trabalho e à Dignidade!* (de 6.04.2012) apelava-se ao cumprimento do artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do artigo 58º da Constituição Portuguesa, o mesmo sucedendo com outros manifestos que se seguiram. Por sua vez, no programa do MSE⁴, além das duras críticas às políticas públicas de desvalorização do trabalho – no essencial coincidentes com as medidas de austeridade governamental e da *troika* – visava-se: a) revogar a legislação atentatória dos direitos dos trabalhadores; b) lutar contra a semana das 40 horas e pela redução da jornada de trabalho sem perda de direitos; c) combater aos despedimentos coletivos, situações de *lay-off* e declarações de falência; d) combater as relações de trabalho precárias, as falsas situações de recibos verdes ou os estágios não remunerados. E, aliás, o próprio MSE assinalou – sobretudo no que diz respeito às alíneas b) e c) – tratem-se de reivindicações da responsabilidade das estruturas sindicais. Mesmo que o MSE tenha deixado de ter existência formal⁵, as suas reivindicações eram próximas das reivindicações sindicais.

Se os discursos sindicais em Portugal sempre foram condicionados por influências partidárias, também os novos atores sociolaborais foram evidenciando proximidade a partidos de esquerda, como o Bloco de

Esquerda e o Partido Comunista Português. Todavia, ainda que resida no campo político-institucional o poder de resolução de grande parte dos problemas que as organizações de precários identificam (de regulação das relações laborais e de fiscalização das leis do trabalho), os movimentos de precários pareceram pretender preservar a sua autonomia, desde logo para evitar que as suas causas fossem objeto de aproveitamento eleitoral pelo discurso político. Por outro lado, ao contrário dos sindicatos, o perfil sociológico dos atores sociolaborais foi sempre sobretudo composto por jovens, escolarizados e não sindicalizados. Estamos, assim, perante organizações de trabalhadores precários dispostas a reclamar também uma autonomia (e não necessariamente um conflito) face ao campo sindical, tanto mais que não lhes era reconhecida qualquer tutela especial sobre as questões laborais (Soeiro, 2015).

3. Ciclos de protesto sindical e momentos reação social

Em contexto de austeridade, importa agora caracterizar as reações das confederações sindicais e dos atores sociolaborais.

3.1. A greve como estratégia sindical

Rejeitando a austeridade como saída para a crise, os sindicatos portugueses aceitaram a contestação como estratégia. Assim, entre novembro de 2010 e junho de 2013 (num espaço inferior a 3 anos), ocorreram 5 greves gerais: três delas conjuntas (CGTP e UGT) – realizadas em 24.11.2010, 24.11.2011 e 27.06.2013 – e duas outras convocadas apenas pela CGTP, ocorridas em 22.03.2012 e 14.11.2012). Refiro-me aqui apenas às greves gerais pela sua maior visibilidade na sociedade portuguesa (e em especial nos setor público), ainda que muitas outras greves setoriais tenham ocorrido em Portugal desde maio de 2011⁶.

As greves gerais convocadas conjuntamente pela CGTP e UGT tiveram como foco de contestação os seguintes pontos: a greve geral de 24.11.2010 foi contra os anunciados cortes, entre 3,5% e 10%, a partir de janeiro de 2011, dos salários dos funcionários públicos com rendimentos acima de 1.500 euros; a greve de 24.11.2011 foi contra a sobretaxa de 50% em sede de IRS do subsídio de Natal de 2011, assim como contra os cortes dos subsídios de férias e natal dos funcionários públicos em 2012; por sua vez, a greve geral de 27.06.2013 foi contra o conteúdo do *Documento de Estratégia Orçamental para 2013-2017*, o qual estipulava: reforma aos 66 anos; horário na função pública das 35 para 40 horas; redução de férias; aumento das contribuições para a ADSE; redução de 30.000 funcionários públicos, regime de mobilidade especial, etc.).

As outras greves gerais foram apenas convocadas pela CGTP e foram sobretudo greves quer de forte crítica ao Governo, quer de reação ao facto de a UGT, tanto em março de 2011 (na sequência da greve geral conjunta de 24.11.2010), como em janeiro de 2012 (na sequência da greve geral conjunta de 24.11.2010), ter assinado, juntamente com as associações de empresários e o Governo (no primeiro caso com um Governo socialista e no segundo com um Governo social-democrata), acordos de concertação social. Tais acordos – o *Acordo Tripartido para a Competitividade e Emprego* (de 23.03.2011) e o *Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego* (de 18.01.2012) – fizeram sobressair de novo os momentos de tensão entre CGTP e UGT. Assim, após o “boxe” das greves gerais veio a “dança” da negociação (Campos Lima e Artiles, 2011, p. 390).

Convocada apenas pela CGTP, a greve geral de 22.03.2012 constituiu uma reação ao acordo de 18.01.2012 que vinha confirmar as medidas do *Memorando de Entendimento* com a *troika*: despedimento mais facilitado e com menores indemnizações; embaratecimento do trabalho suplementar, nos feriados e aos fins de semana; maior tempo de trabalho (menos férias, menos feriados, banco de horas); faltas ao trabalho mais penalizadas; menor poder sindical, etc. Segundo o ex-líder da UGT (João Proença), a central assinou o acordo para evitar males maiores, pois travou a desregulação laboral e impediu o aumento da meia hora de trabalho diária, visto que o Governo aceitou retirar essa proposta (Costa, 2012b, p. 407).

Por sua vez, um novo desencontro entre CGTP e UGT ocorreu com a greve geral de 14.11.2012, igualmente apenas convocada pela CGTP. Esta greve surgiu na sequência da proposta de OE para 2013 (assente num “brutal aumento da carga fiscal”, segundo as palavras do então ministro da finanças, Vítor Gaspar) mas foi revelante sobretudo por se inscrever numa jornada europeia de protesto convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos. Apesar de a direção da UGT não ter convocado a greve, o facto de mais de 30 sindicatos da UGT terem decidido participar na ação de protesto evidenciou que a decisão das cúpulas da UGT esteve longe de ser pacífica.

3.2. atores sociallaborais e manifestações sociais amplas

Provavelmente com maior impacto do que as greves convocadas pelas estruturas sindicais, algumas manifestações promovidas pelos atores sociolaborais antes referidos ampliaram os sinais de geradas no seio da sociedade civil, as quais permitiram projetar uma onda de insatisfação popular, ainda que o tema da precariedade e as preocupações relacionadas com o mundo do trabalho tenham estado presentes em todas elas. Três exemplos relevantes – e por sinal envolvendo mais diretamente os atores sociolaborais acima mencionados – foram: a manifestação do *12 de março de 2011* (protagonizada pela chamada “geração à rasca”); a manifestação do *15 de setembro de 2012*; e a manifestação do *2 de março de 2013*.

O *12 de março de 2011* correspondeu a uma manifestação de massas que reuniu nas ruas das principais cidades portuguesas 300.000 pessoas, o maior protesto social desde a “revolução dos cravos”, em 25.04.1974 (Campos Lima e Artiles, 2013: 357). Esta manifestação foi organizada sem o apoio direto de sindicatos e partidos políticos. Nela convergiram jovens afetados pelos empregos precários, gerações mais velhas empobrecidas, milhares de cidadãos de distintas tendências político-partidárias descontentes com a então ainda governação socialista, a esquerda anticapitalista, movimentos sociais (como o feminista, o LGBT), os Precários Inflexíveis-PI, alguns setores da direita política (na altura na oposição). Inicialmente, o movimento sindical encarou tal protesto “inorgânico” com surpresa e desconfiança, ainda que alguns líderes e ex-líderes sindicais se tenham juntado a ele.

As principais características do 12 março de 2011 foram três: transparência democrática; procedimentos inovadores; diálogos intergeracionais (Estanque, Costa e Soeiro, 2013: 36). Transparência democrática, desde logo por ser urgente uma maior clareza e eficiência de respostas contra o desemprego e o trabalho precário. Procedimentos inovadores, porque os organizadores pediram a cada participante que levasse uma folha de papel ou um cartaz no qual identificasse um problema e apresentasse uma possível solução para ele. Assim, 49% das 2000 pessoas que responderam a este apelo, identificaram o falso trabalho independente (“os recibos verdes”) como principal problema (Soeiro, 2015, pp. 309-310). Por fim, apesar de ser a juventude precária a estar na linha da frente, esta manifestação pertenceu a todas as gerações (pais preocupados com a falta de oportunidade para os seus filhos; cidadãos mais velhos frustrados com as promessas emancipatórias da revolução de abril 1974; pessoas de meia-idade que ficaram desempregadas com os encerramentos e deslocalizações de empresas; funcionários públicos)

Por outro lado, a *15 de setembro de 2012*, na sequência da proposta da coligação governamental de direita de reduzir os encargos patronais para a Segurança Social de 23,75 para 18% e, em contrapartida, aumentar os encargos dos trabalhadores de 11 para 18% (no que ficou conhecida como a proposta de “Taxa Social Única”/TSU), cerca de um milhão de pessoas manifestou-se de forma veemente na maioria das cidades portuguesas, levando o Governo a recuar e a retirar a proposta. Esta manifestação, tal como o “12 de março de 2011”, contou com o envolvimento dos atores sociolaborais com destaque para a Associação de Combate à Precariedade-PI e para Movimento dos Sem Emprego e além disso apoiou-se numa forte cultura de ciberativismo, ao contrário do que tem sido a prática dos sindicatos.

Por fim, o *2 de março de 2013* foi convocado pelo movimento “Que se lixe a troika”, que já se envolvera no 15 de setembro de 2012, por sinal com o apoio da CGTP. Aquele movimento apresentou-se declaradamente contra a reforma do Estado e os anunciados cortes de 4 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado.

A sua atividade tem sido realizada em consonância com o seu *manifesto*⁷, no qual se lia: “somos hoje um lugar de encontro das várias correntes democráticas anti-troika. Não temos a pretensão de representar organizações ou sectores sociais. Queremos fazer a discussão e a confluência de iniciativas com vista ao derrube deste governo e de todos os governos colaboracionistas com os programas da troika”.

O que se constata nestas e noutras manifestações sociais amplas são as referências ao trabalho e à precariedade como pontos centrais. Nesse sentido, há evidentes sobreposições com as agendas sindicais. No entanto, não obstante alguns dos atores e movimentos sociolaborais terem apoiado seletivamente greves gerais e participado em protestos sindicais, o que certo é que têm reivindicado também a sua própria autonomia precisamente face aos partidos políticos e sindicatos, em nome de estratégias de participação democrática direta (Campos Lima e Artilles, 2013, p. 358). Por outro lado, é também importante realçar o contributo dos *media* para o sucesso destas manifestações de carácter espontâneo. Na verdade, as organizações de precários acabaram por ver na comunicação social um “aliado”, uma vez que desde o final de 2007 o relato de histórias de precariedade fora objeto de interesse jornalístico.

4. Conclusão

A “era da austeridade” foi geradora de discursos por vezes convergentes entre organizações sindicais e não sindicais. Porém, não só no campo sindical ocorreram momentos pontuais de articulação entre CGTP e UGT – prevalecendo pois o histórico modelo de “sindicalismo dual” (Costa, 2006) –, como as alianças entre o campo sindical e não sindical não vingaram. Por um lado, a dificuldade do sindicalismo em organizar jovens e trabalhadores precários explica-se por fatores estruturais – relacionados com a desregulação do mercado de trabalho e com o facto do emprego desses grupos se situar predominantemente em sectores de baixa densidade sindical –, bem como pelas dificuldades que os sindicatos sentem em renovar estratégias e modos de atuação na perspetiva da sua integração (Campos Lima e Artilles, 2014, p. ⁸143). Por outro, são os próprios atores sócio-laborais que apresentam um carácter efémero, sendo mesmo vistos pelos sindicalistas como organizações de carácter intermitente, do tipo “pisca-pisca”. Além disso, a competição entre sindicatos, os diferentes estilos de organização, comunicação e tomada de decisão perfilhados por sindicatos e organizações não sindicais, os estilos diferenciados de ação coletiva (mais clássica *versus* mais inovadora) (Köller e Jiménez, 2015) são fatores adicionais que não facilitam a criação de pontes.

A construção de um território identitário comum, vertido em articulações discursivas e sobretudo em lógicas de ação articuladas está, pois, longe de ser uma realidade em Portugal. O “novo sindicalismo social” (Waterman, 1999; 2012) ainda não fez, pois, o seu caminho. O contexto de austeridade foi definitivamente uma oportunidade perdida para fazer progressos nesse domínio.

Referências

Campos Lima, Maria da Paz (2011), *Unions set to strike over 2012 austerity budget plan*, EurWORK, acedido em 15.05.2015 em <http://www.eurofound.europa.eu/eiro/2011/10/articles/pt1110019i.htm>.

Campos Lima, Maria da Paz; Artilles, Antonio Marti (2011), Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts. *Transfer—European Review of Labour and Research* 17(3): 387–402.

Campos Lima, Maria da Paz; Artilles, Antonio Martin (2013), Youth voice(s) in EU countries and social movements in southern Europe, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 19 (3), 345-363.

Campos Lima, Maria da Paz; Artilles, Antonio Martin (2014), Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137-172.

- CGTP (2012), “Estatutos”, *Boletim do Trabalho e Emprego*, 17.
- CGTP (2014), *Reforçar a luta dos trabalhadores contra a exploração e o empobrecimento* (resolução 1.02.04). Lisboa: CGTP.
- CGTP (2016), *Projeto de programa de ação (XIII Congresso)*. Lisboa: CGTP.
- Costa, Hermes Augusto (2006), Portuguese Trade Unions and European Integration: lessons from a dual vision, *Revue Lusotopie*, XIII (1), 7-35.
- Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- Costa, Hermes Augusto (2011), “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas”, In E. Estanque e H. A. Costa (orgs.), *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 13-48.
- Costa, Hermes Augusto (2012a), Wage cuts in the Portuguese public sector: the negative effects of a court decision on labour relations, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (2), 229-231.
- Costa, Hermes Augusto (2012b) “From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 397-410.
- Costa, Hermes Augusto (2014), “O sindicalismo em questão em tempos de austeridade”, In Roberto Vêras de Oliveira, Maria Aparecida Bridi e Marcos Ferraz (orgs.), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 183-210.
- Costa, Hermes Augusto (2015), Do contexto das reformas laborais às respostas do campo sindical, *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 4, 1-18, disponível em <http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/?id=6522&pag=9331>, acessado em 14.07.2015
- Costa, Hermes Augusto; Dias, Hugo; Soeiro, José (2014), As greves e a austeridade em Portugal: olhares, expressões e recomposições, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 173-202.
- Estanque, Elísio (2012), Precariedade, sindicalismo e ação coletiva, *Configurações*, 9, 2-18.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs) (2011), *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 181 pp.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”, In André Freire (org.), *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, 119-142.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Soeiro, José (2013), The new global cycle of protest and the Portuguese case, *Journal of Social Science Education*, 12 (1), 31-40.
- Fernandes, António Monteiro (2012), Uma estranha decisão, *Público*, 20 de junho.
- Fernandes, António Monteiro (2015), Para que servem as reformas laborais, *Expresso*, 27 de junho, 3
- Ferreira, António Casimiro (2012), *Sociedade da Austeridade. O direito do trabalho de exceção*. Porto: Vida Económica.
- Gomes, Pedro Botelho (2012), Uma bomba atómica social?, *Público*, 24 de junho de 2012.
- Gumbrell-McCormick, Rebecca; Hyman, Richard (2013), *Trade unions in Western Europe: hard times, hard choices*. Oxford: Oxford University Press.
- Hyman, Richard (2001), *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class & Society*. London: Sage.

- Köhler, Holm-Detlev; Jiménez, José Pablo Calleja (2015), «They don't represent us!» Opportunities for a social movement unionism strategy in Spain, *Relations Industrielles-Industrial Relations*, 72 (2), 240-261.
- Kovács, Ilona; Lopes, Margarida Chagas (2012), “A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade”, In S. F. Casaca (org.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 51-86.
- Leite, Jorge; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho da; Almeida, João Ramos (2014), “Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho”, In Observatório sobre Crises e Alternativas (org.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina/CES, 127-188..
- Rebelo, Glória (2012), Tempo e condições de trabalho, *Público*, 6.04.2012.
- Santos, Boaventura de Sousa (2012), *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Soeiro, José (2015), *A formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal* (Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia.
- Stoleroff, Alan (2013a), Employment relations and unions in public administration in Portugal and Spain: From reform to austerity, *European Journal of Industrial Relations*, 19 (4), 309-323.
- Stoleroff, Alan (2013b), “A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível?”, In Raquel Varela (org.) *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 207-239.
- UGT (2011), “*Memorando de Entendimento da Troika*” (Resolução Secretariado Nacional, 12.05.01). Lisboa: UGT
- UGT (2013), “Estatutos”, *Boletim do Trabalho e Emprego*, 29.
- Waterman, Peter (1999), “The new social unionism: a new union model for a new world order”, In R. Munck e P. Waterman (eds.), *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. London: MacMillan Press, 247-264.
- Waterman, Peter (2012), *Recovering internationalism. Creating the new global solidarity: labour, social movements and emancipation in the 21st century* (E-Book). Helsinki: Into Publishing Books, disponível em http://www.into-ebooks.com/book/recovering_internationalism/
-
- ¹ Comunicação realizada ao abrigo do projeto FCT por mim coordenado, intitulado “Rebuilding trade union power under austerity age: three sectors under review” (PTDC/IVC-SOC/3533/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016808), a decorrer no Centro de Estudos Sociais entre junho de 2016 e maio de 2018.
- ² <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.pt/>
- ³ http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.pt/2012_06_01_archive.html
- ⁴ Cf. o programa com data de 14.07.2013, disponível em <http://aviagemdosargonautas.net/2013/07/14/mse-movimento-dos-sem-emprego-programa-de-luta/>
- ⁵ Ainda que algumas páginas do *facebook* continuem a utilizar a sigla MSE, o movimento ficou “congelado”, desde logo porque alguns dos seus porta-vozes arranjam emprego e não se sentiam legitimados para continuar a falar em nome de desempregados (Soeiro, 2015).
- ⁶ Com por exemplo as greves sectoriais (parciais ou a tempo inteiro), em empresas do sector empresarial do Estado, sobretudo de transportes, contra os processos de privatização e os cortes salariais. Ou as greves dos professores do ensino secundário contra a tentativa de imposição de um regime de mobilidade para facilitar demissões no setor público e aumentar a semana de trabalho das 35h para as 40h (Stoleroff, 2013b: 319).
- ⁷ <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/2013/01/manifesto-20012013.html>
